

A procissão de *Corpus Christi* e os ourives. Lisboa e Porto, séculos XVII e XVIII*

BEATRIZ CATÃO CRUZ SANTOS

Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro
biacatao@gmail.com

Resumo: O artigo analisa documentos do Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa e do Arquivo Municipal do Porto sobre os ourives, ofícios que constituem uma espécie de pomo de discórdia entre diversos grupos na procissão de *Corpus Christi*. A documentação de Lisboa coincide com a regência de D. Luísa de Gusmão (1656-1662), atravessando o governo efetivo de D. Afonso VI (1662-1669) e o de D. Pedro II (1669-1683). Enquanto o documento principal sobre o Porto antecede a Restauração, coincidindo com o governo de Felipe III (1621-1640). A partir dessa documentação, é possível ampliar a reflexão sobre os mesteres na sociedade portuguesa, o ritual do Corpo de Deus e a relação entre os ourives e a procissão, considerando-se que os rituais são sistemas elaborados de negociação entre diferentes grupos sociais.

Palavras-chave: Ritual, *Status*, Procissão, Ofícios mecânicos, Arte.

The *Corpus Christi* procession and the goldsmiths. Lisbon and Oporto in the 17th and 18 centuries

Abstract: The article analyses sources from the *Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa* and the *Arquivo Municipal do Porto* about the goldsmiths, artisans who were a source of contention between several groups participating in the *Corpus Christi* procession. The Lisbon documents date from the rule of Luísa de Gusmão (1656-1662), spanning the reigns of both Afonso VI (1662-1669) and Pedro II (1669-1683). Although the main document concerning Oporto precedes the Portuguese Restoration, this comes from the same period as the rule of Felipe III (1621-1640). This documentation opens up an understanding on the role played by *mesteres* (artisans) in Portuguese society, the *Corpus Christi* ritual and, in particular, the relations between the goldsmiths and the procession, considering that these rituals constituted elaborate systems of negotiation between different social groups.

Keywords: Ritual, *Status*, Procession, Artisans, Art.

* Este artigo resultou do projeto de pesquisa de pós-doutorado "Os artífices e as festas. *Corpus Christi* em Lisboa, Porto e Rio de Janeiro no século XVIII" realizado no Instituto de Ciências Sociais (Lisboa) entre abril e setembro de 2014, com o apoio da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior. Artigo escrito em português do Brasil.

O historiador corre o risco de se perder quando lida com a massa documental que se depara na pesquisa. A afirmação diz respeito não só, mas também à quantidade e dispersão de documentos nos arquivos sobre os artífices e a festa de *Corpus Christi* em Portugal, na época moderna. Ao lidar com o tema, relativamente ausente na historiografia luso-brasileira, inscrevemo-nos no campo da História Religiosa e Social da época moderna. Com isso, faz-se necessário lidar com autores que contribuíram de forma incomensurável para a publicação de documentos, a exemplo de Eduardo Freire de Oliveira e Franz-Paul Langhans¹. O diálogo com perspectivas renovadas da historiografia da religião na península Ibérica também é importante. Conforme as proposições de Frederico Palomo, nos diferenciamos de interpretações que vicejavam desde o século XIX, que se poderiam chamar do ponto de vista epistemológico, positivistas ou que tendiam a reproduzir uma visão confessional². Neste sentido, considero que uma História Religiosa, que dialogue com a História Social e, no caso da análise das festividades, com a teoria antropológica dos rituais³, um caminho profícuo.

Fazendo uso de mecanismos de busca massivos, que hoje fazem parte de nosso trabalho, o risco a que me referi está a espreita. Tudo isto para justificar, mas também para afirmar a necessidade de refletir sobre uma documentação que emergiu a respeito dos ourives na consulta ao Arquivo Municipal de Lisboa, exigindo um recuo no tempo, mais especificamente, do século XVIII à segunda metade do século XVII.

A discussão sobre a participação dos oficiais mecânicos na procissão do Corpo de Deus vem de longa data, podendo ser remetida ao reinado de D. João I (1385-1483) em Portugal⁴. Na documentação portuguesa, há registros sobre o assunto no século XVI, XVII e XVIII⁵. A proposta que se apresenta neste artigo é

-
- 1 Eduardo Freire de Oliveira – *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Lisboa: Tipografia Universal, 1882-1943. 17 tomos. Franz-Paul Langhans – *As corporações de ofícios mecânicos: Subsídios para sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943-1946; Franz-Paul Langhans – *A Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa: Subsídios para sua história*. Lisboa, 1948. A introdução de Marcello Caetano ao primeiro livro de Franz-Paul Langhans, intitulada “A antiga organização dos mesteres da cidade de Lisboa”, tem grande importância para a pesquisa sobre o tema, como analisado em: Beatriz Catão Cruz Santos – Catolicismo, cor e governança da terra. In João Fragoso; Antônio Carlos Jucá de Sampaio (Org.) – *Monarquia Pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso: séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012, p. 141-163.
 - 2 Frederico Palomo – Una Bibliografía imperfecta o el análisis fragmentario a treinta años de estudios sobre História religiosa de la Península ibérica en los siglos XVI-XVIII. *Lusitania Sacra*. 2ª série. 21 (2009) 173-235.
 - 3 Faz-se referência a um campo bastante amplo, do qual fazem parte: Émile Durkheim – *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996; Marcel Mauss – Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas (1924). In *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1974; Clifford Geertz – *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
 - 4 Beatriz Catão Cruz Santos – *O Corpo de Deus na América; a festa de Corpus Christi nas cidades da América portuguesa*. São Paulo: Annablume, 2005, p. 117.
 - 5 Seguem alguns registros do século XVI, não desconsiderando a existência de anteriores. Arquivo Municipal de Lisboa, D. Manuel I ordena à Câmara que verifique se os alegados privilégios dos bombardeiros, espingardeiros e ordenanças Se estão isentos, como alegam, de participar na Procissão do Corpo de Deus, Chancelaria Régia, Livro de festas, doc. 17, fl. 26-26v. 8/06/1508.

analisar um conjunto de documentos selecionados no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa e no Arquivo Municipal do Porto sobre os ourives, que parecem constituir uma espécie de pomo de discórdia entre diversos grupos partícipes no rito⁶. A documentação de Lisboa coincide com a regência de D. Luísa de Gusmão (1656-1662), atravessando o governo efetivo de D. Afonso VI (1662- 1669) e o governo de D. Pedro II (1669-1683), antes da morte do primeiro, ocorrida em 1683, enquanto o documento principal sobre a cidade do Porto antecede a Restauração, coincidindo com o governo de Felipe III (1621-1640). A partir da documentação selecionada é possível ampliar a reflexão sobre os ofícios (ou mesteres), o ritual do Corpo de Deus e, especificamente, a relação entre os ourives e a procissão, considerando-se que os rituais são sistemas elaborados de negociação entre diferentes grupos sociais⁷. Algumas questões poderão ser encaminhadas: qual o *status* desses ofícios, a julgar pelas demandas colocadas na documentação? Como costumavam comparecer à procissão? Qual a importância desses ofícios relativamente a outros nas cidades? Há diferenças substantivas entre as procissões das cidades e ao longo do tempo?

“A contenda dos homens”

O historiador do passado lida com acontecimentos e circunstâncias que, muitas vezes, cessaram no tempo. A documentação escolhida para Lisboa narra um conflito entre os ourives e o Cabido, que envolve a Câmara entre cerca de 1657 e 1672⁸.

Arquivo Municipal de Lisboa, D. Manuel I ordena à Câmara que obrigue os espingardeiros que são oficiais mecânicos a participar na procissão do Corpo de Deus, Chancelaria Régia, Livro de festas, doc. 22, fl. 32-32v 26/5/1511; Arquivo Municipal de Lisboa, D. Manuel I reafirma a obrigatoriedade de todos os oficiais mecânicos de comparecerem pessoalmente na procissão do Corpo de Deus, Chancelaria Régia, Livro de festas, doc. 23, fl. 33-33v 16/05/1514; Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria Régia, Livro de festas, doc. 41 (antigo 42), fl. 79 a 80v, D. João III discorda da proposta de mudar a forma como os mesteres se apresentavam nas festas do Corpo de Deus, 11/05/1523; Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria Régia, Livro de festas, doc. 53 e 53 A (antigo 54), fl. 95 e 95v; Arquivo Municipal de Lisboa, D. João III revoga os privilégios dos oficiais mecânicos que os dispensavam de participar na procissão do Corpo de Deus, 17/06/1527 e sua publicação 26/03/1533. Ordens régias de D. Manuel são reproduzidas em: Eduardo Freire de Oliveira – *Elementos para a História do Município...*, t. I, p. 417-442: “Alvará Régio de 16 de maio de 1514”.

6 Há diversas normas que apontam para a obrigatoriedade de participação na procissão do Corpo de Deus pelos diversos corpos sociais. Além daquelas mencionadas na nota anterior, pode-se lembrar aquelas publicadas pelo arcebispado de Lisboa, que incidem particularmente sobre os clérigos: Decreto VIII. Que se faça procissão do Corpo de Deus em cada um ano, e da forma, e ordem, que nela se deve guardar, § I-IV. In *Constituições Synodais do Arcebispado de Lisboa novamente feitas no synodo diocesano, que se celebrou na Sé Metropolitana de Lisboa o ilustríssimo, & Reverendíssimo Senhor D. Rodrigo da Cunha Arcebispo da mesma cidade, do Conselho de Estado de S. Magestade, em os dias 30 de maio do anno de 1640*. Lisboa: Paulo Craessbeeck, 1656, p. 59-61. Na historiografia há trabalhos específicos sobre a procissão, que aludem à presença obrigatória de todos os corpos sociais das vilas portuguesas: Maria João Violante Branco Marques da Silva. *A Procissão na cidade: reflexões em torno da festa do Corpo de Deus – Jornadas inter e pluridisciplinares. Actas I*. Lisboa: 1993, p. 199.

7 Jean-Claude Schmitt. Ritos. In Jacques Le Goff & Jean-Claude Schmitt – *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: Edusc, 2006, p. 415-430.

8 A maior parte dos documentos fazem parte de livros da Chancelaria Régia de D. Afonso VI e D. Pedro II. Toma-se como data de início da contenda a informação fornecida no último dos documentos a que tivemos acesso: Arquivo Municipal de Lisboa,

A julgar pelo último registro, um conflito que durava há mais de 15 anos, que não cessa e remete a um privilégio concedido aos ourives no ano de 1607. Esse consistia na permissão aos mesmos de atravessar o cruzeiro e adentrar a capela mor da Sé com as tochas acesas em presença do Santíssimo Sacramento no dia do Corpo de Deus. Ele os diferenciava dos demais oficiais mecânicos, que se o fizessem, pagariam multa e estavam sujeitos a cadeia⁹. Vale lembrar que, menos de um mês depois, um novo assento da vereação cobrava a presença dos oficiais mecânicos e cidadãos nas procissões da cidade, que incluía o Corpo de Deus, sob pena de diversas sanções¹⁰. Em 1659, ficamos sabendo por uma consulta do Senado, que já há alguns anos contendem os ourives e o Cabido em razão de os primeiros terem perdido aquele privilégio, pois foram impedidos pelos religiosos.

Pode-se fazer algumas observações interessantes: de forma geral e, nesse conjunto documental, a disputa por preeminências e privilégios coincide com a discussão sobre o *status* dos ofícios¹¹, no caso dos ourives, em relação aos demais ofícios mecânicos e aos demais agentes presentes e/ou envolvidos no governo da procissão. Além disso, na documentação, é recorrente um histórico da procissão no reino, cuja narrativa se repete em alguns documentos. Nela, faz-se referência à instituição da festa por Urbano VIII – uma história oficial, que apaga o protagonismo de mulheres envolvidas numa devoção algo heterodoxa na Idade Média. Diz ainda do início da procissão em Portugal com D. Afonso III, às dificuldades encontradas no reino para o sustento da solenidade e sublinha-se a regulamentação por D. Manuel¹².

Chancelaria Régia, Livro 2º de Consultas e Decretos de D. Pedro II, fl. 66-67, Consulta sobre a presença dos ourives na procissão do Corpo de Deus. 20/5/1672, 30/5/1672. A consulta é assinada pelos vereadores, Garcia de Melo (monteiro-mor do Reino), Rodrigo de Meneses (estribeiro-mor do Reino), Luís Álvares de Távora (marquês de Távora), Mateus Mouzinho e Manuel Rodrigues Leitão, pelos procuradores da cidade, Teodósio de Frias e Luís Álvares de Andrade e pelos procuradores dos mestres, António Rodrigues, Francisco Jorge Fragoço, Luís Gonçalves Ferro e Pedro da Mota. A data final, estabelece-se por este registro, que deixa a situação em relativa abertura.

9 Ass. de vereação de 11 de junho de 1607. Liv. de Ass, fl. 170v, apud. Eduardo Freire de Oliveira – *Elementos para a História do Município...*, t. II, p. 170 -171.

10 Ass. de vereação de 7 de julho de 1607. Liv. de Ass, fl. 171v, apud. Eduardo Freire de Oliveira – *Elementos para a História do Município...*, t. II, p. 170 -171.

11 Esta é uma ideia formulada a partir de: Paul Oscar Kristeller – *El sistema moderno de las artes*. In *El pensamiento renascentista y las artes*. Madrid: Taurus, 1986, p. 199.

12 Neste texto, não vem ao caso refazer a história do surgimento da festa na Idade Média, que não se deve reduzir à bula de Urbano IV, mas está relacionado a um contexto de religiosidade feminina que trate alhures e para cuja análise a melhor referência é o trabalho de Miri Rubin – *Corpus Christi: the Eucharist in Late Medieval Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. A indicação da instituição da festa por Urbano IV é a versão oficial generalizada, que omite a tradução de práticas religiosas pelo confessor da beguina Julienne da casa de Mont-Cornillon na região de Liège e a sua história consequente (Numa versão sintética: Miri Rubin – *La Fête Dieu. Naissance et développement d'une célébration médiévale*. In Antoinette Molinié (org). *Le Corps de Dieu en Fêtes*. Paris: Lés Éditions du Cerf, 1996, p. 31-46). Para além da informação documental, a análise de um trabalho recente sobre o Corpo de Deus sublinha a atividade regulamentadora no reinado de D. Manuel. Paula Leal Serafim – *Finanças e Religiosidade na Procissão do Corpo de Deus em Lisboa*. <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/investigacao/cadernos-do-arquivo-municipal/1-serie/numero-8/> [Consult 6 out 2014].

No ano de 1659, no primeiro documento em que consta a revogação do privilégio dos ourives, faz-se referência ao governo privativo do Senado sobre as procissões da cidade e a justiça régia é solicitada na matéria da contenda entre os ourives e o Cabido. De acordo com o Senado, os ourives se desobrigam, diante do conflito, de participar da procissão no que são seguidos por outros ofícios. O caráter especular da sua posição, recorrentemente assinalado na documentação, talvez tenha sido uma das razões para o Senado tê-los punido com cadeia. Contudo, ficamos sabendo que os ourives foram liberados por decisão régia, após ouvir as partes em conflito¹³. Um ano depois, nova consulta do Senado ao Rei, em que o primeiro reforça a posição do Cabido, cobra a presença dos ourives e, mais importante, recorta o espaço-tempo ritual, distinguindo os clérigos dos leigos, alocando os ourives entre os “ofícios e mes-teres”¹⁴. Vejamos por partes:

O Senado reconhece a demanda dos ourives, no entanto, considera que os mesmos querem se eximir de sua obrigação de comparecer na procissão. Depois de alegar ser desnecessário a presença das tochas dos ourives na igreja afirma que a sua obrigação,

“é só acompanhar a procissão no segundo lugar depois dos moedeiros, a que vão seguindo os mais ofícios mecânicos, ou com suas tochas ou com suas danças e folgares, como lhes é mandado, e se todos quisessem entrar na Sé, ou na capela-mor, fariam grande ruído e confusão, e assim se contentam e satisfazem com chegar à porta ou no adro, d’onde se despedem e se acaba a procissão do clero e dos religiosos.”¹⁵

O recorte do espaço ritual traduz uma ordem: entre os que entram na capela mor (clérigos e cavaleiros das ordens militares), e os que ficam de fora (leigos, oficiais mecânicos). Esta ordem contrasta ainda com uma imagem de desordem, várias vezes evocada, pelo exemplo deletério representado pelos ourives para os demais oficiais mecânicos, num momento em que eles ocupavam as posições de escrivão e juiz do povo na Casa dos Vinte e Quatro¹⁶. Além disso, a posição dos ourives na procissão é lembrada, assim como o histórico da procissão, em que novos dados são acrescentados. Para o conjunto da Cristandade, a referência é a

13 Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria Régia, Livro I de Consultas e Decretos de D. Afonso VI, fl. 352-353. Consulta sobre o lugar dos ourives na procissão do Corpo de Deus. 10/6/1659, 12/6/1659.

14 Livro I de Consultas e Decretos de D. Afonso VI. fs. 414. Consulta da Camara a el-Rei de 7 de maio de 1660, Apud. Eduardo Freire de Oliveira – *Elementos para a História do Município...*, t. VI, p. 163-165. Para a distinção entre clérigos e leigos, conceitos historicamente constituídos remeto ao seguinte verbete: Jean-Claude Schmitt. Clérigos e Leigos. In *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Vol. 1. Coord. de Jacques Le Goff & Jean-Claude Schmitt. São Paulo, Edusc, 2006, 237-251. Para uma abordagem que caracteriza a ordem clerical em Portugal na época moderna: José Pedro Paiva. Um corpo entre outros corpos sociais: o clero – *Revista de História das Ideias*, v. 33 (2012), p. 165-182.

15 *Ibidem*.

16 Manoel Soares, ourives da prata, era juiz do Povo e Alberto da Silveira, ourives do ouro, escrivão. Franz-Paul Langhans – *A Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa...*, p. 287.

documentação do Concílio de Trento, cujas decisões foram adotadas com bastante rapidez no reino português. Para este reino, faz alusão às iniciativas da Monarquia, dos Cabidos e das Câmaras para torná-la mais solene. Ao mencionar os ofícios, lembra a ação das Câmaras, que os obrigam ao acompanhamento na procissão, concorrendo com suas “festas e invenções”. A resposta do rei, como é próprio a um regime corporativo, posterga a decisão e indica a escuta das partes em conflito, para que a justiça seja aplicada¹⁷.

Em 7 de junho de 1660, no mesmo ano, nova consulta é encaminhada, cujo teor merece a atenção do historiador da época moderna¹⁸. Menos em termos da decisão tomada, que aponta para uma solução de continuidade, e mais, pelo fato da consulta mencionar e/ou citar uma série de alvarás, provisões e consultas sobre os ofícios na festa do Corpo de Deus. Neste sentido, este documento, como inúmeros outros do período, aponta para o que François Hartog denominou um “regime de historicidade” específico, aquele que se poderia sintetizar pela expressão ciceroniana da *historia magistra vitae*: um tempo em que o passado iluminava o futuro, quando a relação entre passado e futuro era regrada pela referência ao primeiro. Não que o futuro fosse repetir o passado, mas como diz o historiador, não o excedia jamais, era formado da mesma matéria, os mesmos homens, a mesma natureza humana¹⁹. Uma reflexão valorosa no que diz respeito aos rituais, que apresentam uma certa ficção de inalterabilidade e, especialmente, a festa de *Corpus Christi*, que atravessa períodos históricos²⁰.

Essa consulta do Senado cita consultas e um decreto do ano precedente, duas cartas que parecem vir como referências do passado e de autoridade para o encaminhamento da contenda: uma carta de D. Manuel, de 1514, e outra de seu filho D. João III, de 1527. E ainda, o rol antigo dos ofícios e “o mais moderno” das bandeiras, com a ordem devida na procissão²¹. O conjunto da documentação, encaminhado pela consulta, tem como finalidade reforçar que os ourives sempre acompanharam a procissão até o início do pleito com o Cabido e solicita ao rei que os obrigue à participação no lugar assinalado para os demais ofícios mecânicos. A consulta, como outras, vai assinada pelo presidente da Câmara, os quatro

17 Em 19/05/1660 Livro I de Consultas e Decretos de D. Afonso VI. fl. 414. Consulta da Camara a el-Rei de 7 de maio de 1660, Apud. Eduardo Freire de Oliveira – *Elementos para a História do Município...*, t. VI, p. 163-165.

18 Arquivo Municipal de Lisboa, Livro II de Consultas e Decretos de D. Afonso VI, fl. 13-19 “Consulta sobre a presença dos ofícios na procissão do Corpo de Deus”, 7/6/1660 e 21/2/1661.

19 François Hartog – *O Tempo desorientado: Tempo e história – Como escrever a história da França? Anos 90*. Porto Alegre. 7 (1997), p. 7-28.

20 A ideia de ficção de inalterabilidade advém de: Edward Muir – *Ritual in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 237.

21 Arquivo Municipal de Lisboa, Livro II de Consultas e Decretos de D. Afonso VI, fl. 13-19 “Consulta sobre a presença dos ofícios na procissão do Corpo de Deus, 7/6/1660 e 21/2/1661”. O decreto referido no corpo do texto é de 11/6/1659, em resposta a consulta sobre obrigatoriedade dos ourives em participar.

vereadores, dois procuradores da cidade e os três procuradores dos mesteres (procuradores do povo). Neste momento, Luís Francisco Lobo, João Manuel Franco e António João eram procuradores dos mesteres – contreiro, cordoeiro e pedreiro, respectivamente. Na carta de D. Manuel, citada na íntegra, já se comenta o fato de “alguns oficiais mecânicos assim moradores nesta Cidade, como alguns que andam na nossa Corte, se escusam de ir em pessoa nas Procissões do Corpo de Deus, e mandão levar seus Castelos, E tochas a seus Criados, e mancebos” reforçando a ideia de que a regulamentação da procissão mandatária aos moradores da cidade é acompanhada pelas “faltas”, que não se restringem à conjuntura de fratura social como a Bahia do século XVIII, e também indicando a diferenciação entre uma aristocracia dos mesteres, os seus criados, e mancebos a quem caberia o ônus de carregar os castelos e tochas²².

No Rol dos ofícios citado ou “Memoria Antigua da ordem em que hão de ir na Procissam do Corpo de Deos os officios mecanicos a qual está no livro antigo dos Pregos”, cujo escrivão é Pedro Annes, os ourives (da prata e do ouro) são os últimos ofícios mecânicos, logo seguidos pelos moedeiros e tabeliães. No Rol das Bandeiras ou “Rol dos Castelllos que levão os officios em dia do Corpo de Deos”, a bandeira dos ourives da Prata, do ouro, e Picheleiros está entre a Bandeira dos Alfaiates e a dos Cirieiros, encarregada de 24 castelos. Será ainda seguida de outras bandeiras, mas apresenta o maior número de castelos, como a Bandeira de São Miguel e a Bandeira dos Pedreiros e Carpinteiros com seus anexos²³.

O despacho da consulta, do início do ano de 1661, informa que o Senado não poderá obrigar os ourives a acompanhar a procissão enquanto o pleito prosseguir.

Em 1667, sete anos depois, nova consulta ao rei sobre a participação dos ourives na festa do Corpo de Deus. No histórico da procissão, há um contraste entre as guerras, a pouca opulência da época de D. Afonso III e a paz, as riquezas advindas das conquistas pelos avós de D. Afonso IV, que teriam engrandecido a cerimônia. Quanto aos ourives, os vereadores são muito claros: “nomearam-se lugares aos ofícios e ban-

22 Para uma discussão da noção de “falta” na festa e discussão historiográfica sobre o assunto: Beatriz Catão Cruz Santos – Corpo e fragmento: o discurso do bispado sobre as faltas no Corpo de Deus (séc. XVIII). In Marta Mega de Andrade; Lise Fernanda Sedrez; William de Souza Martins – (Org.). *Corpo: Sujeito e objeto*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012, p. 181-202. Stuart Schwartz é quem associa faltas dos mesteres à crescente diferenciação social numa sociedade hierárquica e escravista. Stuart Schwartz – Ceremonies of public authority in a colonial capital. The king’s processions and the hierarquies of power in the seventeenth century Salvador. *Anais de História de Além-mar*. 5 (2004) 7-26.

23 Constam os seguintes ofícios na Bandeira de São Miguel para o ano de 1620: livreiro, conteiro, sirigueiro de agulha, sirigueiro de chapéus, penteiro, luveiro, albardeiro e latoeiro de fundição. “Mappa demonstrativo dos officios mecânicos embandeirados e não embandeirados, com o número de mestres e officiaes de cada um dos officios no ano de 1620, e tão somente dos mestres examinados nos anos de 1803, 1824 e 1834, de cujas épocas se deduz o estado progressivo, estacionário, declinatório ou extintivo dos mesmos, com as competentes observações históricas”. Apud. Eduardo Freire de Oliveira – *Elementos para a História do Município...*, t. XVII, p. 334-335. Segundo Langhans, o regimento da bandeira é da década de 70 do século XVIII: como cabeça o ofício de sombrereiro e anexos conteiro, sirigueiro de chapéus, e agulha, livreiros, luveiros, penteiros, fabricante de fitas e galões e latoeiros de fundição. Franz-Paul Langhans – *As corporações de ofícios mecânicos...*

deiras, em que cada um deles, com suas insígnias, haviam de acompanhar a procissão, como fazem, e **o último e mais autorizado se deu aos ourives do ouro e prata (...)**²⁴, ou seja, tendo em vista, que a procissão se organiza do menos aos mais importantes em termos da ordem social, que tem como centro referente o Santíssimo Sacramento sob o pálio, ocupavam o lugar mais destacado entre os ofícios. É de se notar que o documento, como nos róis que citamos, menciona ourives do ouro e da prata, fazendo referência à especialização que emerge na época de D. Manuel. Como informa Nuno Vassallo e Silva, a Rua da Ourivesaria congregava o conjunto dos ourives desde pelo menos 1373. Em 1514, D. Manuel cria a Rua dos Ourives do Ouro ou Rua Nova D'El-Rey, ordenando a transferência dos ourives do ouro para esta localidade, reservando a mais antiga para os ourives da prata, que é renomeada como Rua da Ourivesaria da Prata ou dos Prateiros²⁵. O arruamento, que reunia os oficiais numa mesma rua ou bairro, era uma forma das autoridades de melhor controlá-los e fiscalizá-los, que incluía a autovigilância e a denúncia²⁶. A medida revela a importância crescente desses ofícios na capital do império e a especialização entre os ourives: “ourives da prata, que executavam as obras de grande dimensão, por um lado, e os ourives do ouro, que se ocupavam dos pequenos adornos, em ouro ou prata, por outro”²⁷. Raul Lopes, que faz a história dos ourives da prata entre 1755 e 1834, com ênfase nos aspectos sociais e econômicos, localiza a especialização desses ofícios num período anterior, no reinado de D. Afonso V. Como Nuno Vassallo e Silva, atribui o arruamento à D. Manoel, por razões estéticas, interesse do público e o policiamento, já mencionado²⁸. A história relativamente separada dos ourives da prata e dos ourives do ouro é revelada não só pela ocupação de espaços distintos na cidade, como também pelos regulamentos das distintas associações²⁹.

Neste ponto, vale também sublinhar a presença dos termos ofícios e **bandeiras**, na consulta de 1667, considerando que o segundo termo faz referência a uma

24 “Consulta da Camara a el-Rei de 2 de junho de 1667”. Apud. Eduardo Freire de Oliveira – *Elementos para a História do Município...*, tomo VI, p. 619-62 (grifos meus).

25 Raul Pereira Lopes – *Os ourives da prata de Lisboa: aspectos sociais e económicos: 1755-1834*. Lisboa: s.n., 2007. 2 vols. Dissertação de mestrado em História Regional e Local apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

26 Nuno Vassallo e Silva – “*E muy rica prata fina, de bestiões bem lavrados*” a ourivesaria entre Portugal e a Índia, do século XVI ao século XVIII. Coimbra: s.n., 2005. Tese de doutoramento em História de Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

27 Nuno Vassallo e Silva – “*E muy rica prata fina, de bestiões bem lavrados*”...

28 Raul Pereira Lopes – *Os ourives da prata de Lisboa...*, vol. 1, p. 37, 45.

29 Sobre as localidades ocupadas pela Confraria de Santo Elói: Raul Pereira Lopes – *Os ourives da prata de Lisboa...*, vol. 1, p. 34-54. Os prateiros tem compromisso em 1586, 1750 e 1769, agora os acrescentamentos no século XVII e XVIII que precedem o de 1750. Sobre o assunto: Eduardo Freire de Oliveira – *Elementos para a História do Município...*, t. XIV, p. 142; Franz-Paul Laghans – *As corporações de ofícios mecânicos...*, p. 385-391. Raul Pereira Lopes – *Os ourives da prata de Lisboa...*, vol. 1, p. 34-54. Os ourives do ouro tem regimento em 1554 e 1767. Franz-Paul Laghans – *As corporações de ofícios mecânicos...*, p. 385-391.

realidade pré-existente, tornada usual no século XVII³⁰. A julgar pelos róis citados, primeiro definia-se a ordem do cortejo pelos ofícios, mais tarde bandeiras e ofícios não embandeirados³¹.

Para efeitos de comparação, pode-se indicar que na cidade do Porto a posição dos ourives na ordem do desfile é diferente. Conforme o Regimento de 1621³², saíam na procissão seis de prata, seis de ouro com suas tochas no 14º lugar seguidos ainda por diversos ofícios e bandeiras. Se bem que esta posição também é alvo de conflitos, a exemplo do ocorrido a partir do ano de 1629 entre os ourives e mareantes³³. Em Goa, para fazer referência a um espaço ultramarino que tem características singulares, a Câmara adota regulamentos da procissão do *Corpus Christi* de Lisboa. “O primeiro que segue o regimento manuelino da Câmara de Lisboa em que os ourives seguem o 24º lugar, entre os picheleiros e os moedeiros, devendo apresentar-se com vinte e oito tochas. Já o regimento de Lisboa de 1542, os ourives encontram-se individualizados em dois grupos; com os ourives do ouro em 23º lugar, e os ourives da prata, em 24º, levando os primeiros dezesseis tochas, e os segundos outras dezesseis”³⁴. Nuno Vassalo e Silva, quem o indica, reconhece não poder dar conta dos efeitos dessa normativa sobre a festividade, pois antes do domínio português quase todos os ofícios mecânicos estavam implantados, fossem eles de origem muçulmana ou hindu. No caso das entradas de vice-reis assegura uma posição de destaque atribuída aos ourives, entre os mecânicos³⁵.

No mais, a consulta de 1667 reforça o exemplo prejudicial aos demais ofícios que também se alteram. Ao imitar os ourives, questionam a autoridade do Senado, pois “que não é razão sejam uns mais privilegiados que outros”³⁶. A consulta, que aponta para a estreia da rainha na procissão de desse ano, tem como resposta que a solução virá do Desembargo do Paço em vinte dias.

Dois anos depois, há uma decisão: uma carta régia, de 17 de junho de 1669, ordena que não seja cobrada a presença dos ourives neste ano, considerada a sua

30 Para a definição de ofícios e bandeiras, consultar a introdução de Marcello Caetano, quem melhor os definiu em termos institucionais: “O ofício é o grupo natural profissional, reconhecido juridicamente; bandeira é a associação de ofícios, constituída para efeitos políticos, administrativos e religiosos”. “Quando se consagra a expressão “bandeira dos ofícios”, significa a corporação pública constituída por uma ou várias profissões, e tendo por insígnia um certo estandarte”. Marcello Caetano In Franz-Paul Langhans – *As corporações de ofícios mecânicos...*, p. XLVII.

31 Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria Régia, Livro II de Consultas e Decretos de D. Afonso VI, fl. 13-19.

32 Arquivo Municipal do Porto, A-PUB/3246 Mapa dos ofícios.

33 Arquivo Municipal do Porto, Sentença que alcançarão os ourives de prata sobre o lugar que lhes competia na Procissão de *Corpus Christi*. De 19 de Maio de 1629 – Livro 4º R. G. – fl. 298v.

34 Nuno Vassalo e Silva – *E muy rica prata fina, de bestões bem lavrados...*, p. 183. Segundo o autor, os registros que incluem a festividade de *Corpus Christi* se encontravam no Senado da Câmara, nos *Apontamentos que vieram da Cidade de Lisboa*, incluídos no *Livro dos privilégios da cidade de Goa*. Dois regimentos encontram-se integralmente transcritos.

35 Nuno Vassalo e Silva – *E muy rica prata fina, de bestões bem lavrados...*, p. 182.

36 Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria Régia, Livro III de Consultas e Decretos de D. Afonso VI, fl. 89-90, Consulta sobre a participação na procissão do Corpo de Deus. 2/6/1667 Há uma reprodução do documento em, que não inclui algumas passagens, como as assinaturas: Eduardo Freire de Oliveira – *Elementos para a História do Município...*, t. VI, p. 619-21.

pretensão de acompanharem a procissão, entrarem na Capela-mor e o conflito com o Cabido que perdura há anos³⁷. A decisão de serem eximidos da obrigatoriedade de participar da procissão, em função do conflito, é renovada posteriormente³⁸.

A tensão se mantém num ritmo quase cíclico, acompanhando a procissão. Dois anos depois, novas consultas. Na primeira, os argumentos fornecidos pelo Cabido da Catedral, que não consente que os ourives entrem com suas tochas na capela-mor, são recuperados. Diz que, antigamente, eles permitiam

“porque então encerravam ao Senhor na Sua capela colateral, e depois o expunham nela, E como agora, com mais acerto, o expõem na Capela maior, aonde não podem entrar senão as pessoas Eclesiásticas, e seus Ministros, e os cavaleiros das ordens militares, por esta razão não consentem que os Ourives entrem dentro, como não Entra outro nenhum officio, nem já se necessita das Suas Tochas, por que Vossa Alteza manda 24. Tochas com 24 moços da Câmara, e o Senado dá outras 24 a outros tantos Clérigos, além da Confraria do Santíssimo Sacramento que é numerosa (...)”³⁹

Os argumentos são de ordem ritual, mas vem reforçar a posição dos ourives entre os ofícios e a demanda do Senado de uma solução pelo Desembargo do Paço, para se evitarem as “demandas e irreverências” dos ourives, que o Senado tem que lidar a cada ano em que cobra a presença dos ofícios e os pune por sua ausência. O primeiro argumento apresenta uma geografia do espaço da igreja em que a Capela-mor sobrepuja as laterais e, o segundo, dispensa as tochas tradicionalmente fornecidas pelos ourives, pois aquelas fornecidas pela Coroa, pelo Senado e pelas Irmandades do Santíssimo Sacramento, expressamente dirigidas para o culto eucarístico, eram suficientes. Pode-se mencionar, por exemplo, o caso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Paróquia de Santo Estevão, que contribuía com trinta luzes na festividade do Corpo de Deus⁴⁰.

Vinte dias depois, ficamos sabendo que a Coroa pressiona no sentido de acelerar uma solução ao conflito⁴¹. Neste documento, há um histórico detalhado do conflito que envolve os ourives, o Cabido e a Câmara, assim como a jurisprudência desencadeada pelo mesmo, em que as decisões são lembradas ano a ano. Fundamen-

37 Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria Régia, Livro 1 das Consultas de Dom Pedro II, fl. 139-140v, Carta régia sobre os ourives do ouro e da prata. 17/6/1669.

38 Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria Régia, Livro I de Consultas de Dom Pedro II, fl. 458-459, Aviso sobre a ausência dos ourives da prata e do ouro, na procissão do Corpo de Deus. 10/4/1671.

39 Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria Régia, Livro 2 de Consultas e Decretos de Dom Pedro II, fl. 55-58, Consulta sobre a obrigação dos ourives acompanharem a procissão do Corpo de Deus. 1/4/1672 e despacho de 13/05/1772.

40 Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa (AHP), PT/AHPL/PLSB36/ISS/PT/AHPL/PLSB36/ISS/08/003, Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Estevão. 18/06/1718; PT/AHPL/PLSB36/ISS/ PT/AHPL/PLSB36/ISS/08/006, Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Estevão, 30/09/1729.

41 Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria Régia, Livro 2 de Consultas e Decretos de Dom Pedro II, fl. 55-58, Consulta sobre a presença dos ourives na procissão do Corpo de Deus. 20/5/1672, 30/5/1672.

talmente, o documento é uma reação do Senado à demanda da Coroa de que se estabelecesse uma decisão sobre a matéria em apenas vinte dias, no qual se compara as reiteradas tentativas de acabar com o conflito, não efetivas em quinze anos!

Para que o monarca ponderasse sobre a questão, a consulta atualiza a procissão, atribuindo-lhe um significado gratulatório, associado aos Bragança. Lembra que D. Pedro II, a exemplo de

“(...) Seus Augustos predecessores, não falta em acompanhar, e servir com a Sua presença, ao Santíssimo Sacramento naquele dia e pois nele recebemos, do mesmo Senhor, hum tão alto benefício como foi o de livrar da morte, perfidamente maquinado ao Senhor Rey Dom João o 4o. pai de Vossa Alteza (...)”⁴²

Com isto, a consulta faz referência à tentativa de regicídio de D. João IV, em 20 de junho de 1646. O regicídio ensaiado por Domingos Leite Pereira foi encomendado por certos fidalgos de Madrid, que desistiu do intento por circunstâncias algo misteriosas. Em agosto do ano seguinte, nova tentativa que também não se efetivou, pois o companheiro do criminoso, Manuel Roque, o delatou. Domingos Leite Pereira foi executado no pelourinho, esquartejado e seus pedaços expostos por quatro dias em praça⁴³.

Interessa observar que a consulta roga se não falte “pela contenda dos Homens, ao obséquio devido a Deus”. No caso, um duplo obséquo: aquele continuado que cabe aos homens, na perspectiva católica, de agradecer a dádiva da Redenção devida à Deus e, ao mesmo, por ter salvo, por um milagre, ao rei, o primeiro dos Bragança⁴⁴. A festa, consequentemente, adquirira, a partir dos anos quarenta, este novo significado político reunindo-se a outros discursos (opúsculos, vilancicos) e ações de caráter comemorativo do evento. No local do crime, por exemplo, foi mandado edificar um convento de carmelitas descalços, dedicados ao Santíssimo Sacramento⁴⁵.

A consulta demanda ainda que a solução do conflito levasse em conta seu tempo de duração – quinze anos – e informa que “vão os ditos oficiais [ourives] acompanhando ao Senhor até a grade da Capela maior da Sé, fazendo protesto”⁴⁶.

42 *Ibidem*.

43 Leonor Freire Costa; Mafalda Soares da Cunha – *D. João IV*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2008, p. 222-223.

44 O significado da Eucaristia na perspectiva católica está expresso na documentação do Concílio de Trento: Sessão XIII – Que He a terceira, celebrada em tempo de Julio III a 11 de outubro de 1551. Decreto do Santíssimo Sacramento da Eucaristia In *O sacrossanto, e ecumênico concílio de Trento em Latim, e Portuguez*. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1781, p. 240-271, tomo I.

45 Eduardo Freire de Oliveira – *Elementos para a História do Município...*, t. VII, p. 337; Leonor Freire Costa; Mafalda Soares da Cunha – *D. João IV...*, p. 222-223.

46 Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria Régia, Livro 2 de Consultas e Decretos de Dom Pedro II, fl. 55-58, Consulta sobre a presença dos ourives na procissão do Corpo de Deus. 20/5/1672, 30/5/1672. Raul Lopes menciona representação do Senado da Câmara para obrigar os ourives a participar da Procissão de *Corpus Christi*, contra uma suposta solução que teria sido dada em 1672, apud. Eduardo Freire de Oliveira – *Elementos para a História do Município...*, t. VIII, p. 420.

Interessante observar que durante o período da contenda, ou melhor, no período em que a documentação registra o conflito, os ourives – da prata e do ouro – participaram com frequência na Casa dos Vinte e Quadro de Lisboa⁴⁷. Entre 1657 e 1672, eles estiveram presentes em onze anos, na maior parte das vezes, como escrivão, mas também como procuradores de mesteres e, no ano de 1659, elegeram o juiz do povo⁴⁸. A maior parte das consultas que analisamos, tem a assinatura, o que não significa voz e anuência dos procuradores. Contudo, pode-se lembrar que 1659, assinala a primeira consulta localizada e os ofícios alcançam um alvará que libera os “faltosos” da prisão. Na ocasião, eram juiz do povo Manuel Soares, ourives da prata e escrivão, Alberto da Silveira, ourives do ouro. Por intermédio de Langhans, ficamos também sabendo que os procuradores dos mesteres em 1659 foram “riscados”, ou seja, excluídos da instituição. Mas, conforme o autor, foram riscados os procuradores egressos de 1658 João Carvalho e Gil Carrasco, respectivamente, ourives do ouro e prata, além de António Borges, luveiro. Em 1661, mais de quatro dos procuradores dos mesteres foram riscados, dentre os quatro identificados, o ourives da prata António de Souza.

De acordo com o regulamento da Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa – cuja memória é reunida e atualizada em 1786 pelo juiz do povo Vicente Francisco de Oliveira, um ourives da prata – cabia ao juiz do povo participar ativamente das celebrações do Corpo de Deus da cidade⁴⁹. Aliás, na sua agenda anual, suas funções rituais eram intensas⁵⁰. No caso do Corpo de Deus cabia-lhe sobretudo acompanhar o rei:

47 *Livro dos escrivães e juizes que tem servido na Casa dos Vinte e Quatro*, em que constam os juizes, escrivães e procuradores do povo que serviram na instituição entre os anos de 1640 e 1831. Acredito que a comparação com outros períodos pode ser profícua. Franz-Paul Langhans – *A Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa...*, p. 278-352. Entre 1422 e 1640, conforme o autor, não se tem acesso aos nomes dos representantes na Casa.

48 Entre as funções exercidas pelos oficiais mecânicos, a mais importante era de procuradores de mesteres. “(...) Detinham a faculdade de deliberarem em conjunto com os vereadores do Senado, enquanto representantes da Casa dos Vinte e Quatro, assumindo como competências ‘lembrarem e requererem em câmara as cousas do bem público da cidade e do povo dela’”. Paulo Jorge Fernandes – *As faces de Proteu, elites urbanas e o poder municipal em Lisboa de finais do século XVIII a 1851*. Lisboa: Arte e História, 1999, p. 26. Como indica o autor, que cita com frequência Freire de Oliveira e Langhans, a Câmara não podia funcionar sem a presença dos procuradores dos mesteres, que deveriam participar em tudo que dizia respeito a matéria de posturas; ordenações, fintas e talhas; contratos de emprazamento, aforamento, arrendamento, eleição de juizes, vereadores, procuradores; dar ofícios e fazer almoçatária.

49 Franz-Paul Langhans – *A Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa...*, p. 16, 48. A compilação dos documentos realizada pelo juiz do povo é valorizada por Langhans por que reúne um material que subsidiaria à história da instituição e que só viria a tona cento e cinquenta anos depois. Mas estamos sublinhando o caráter de continuidade, pois para o juiz do povo em exercício, a documentação serviria para o governo da casa vindouro. Ela ficou intitulada *Índice geral de tudo que contém a Casa dos Vinte e Quatro*. Uma demonstração de que o regulamento original é atualizado, no sentido de que o juiz do povo cumpre e cobra dos ofícios a participação nos rituais da cidade de fins do século XVII ao século XVIII pode ser aferida por vários exemplos no seguinte livro: ANTT, Confraria de Santo Elói – Associação dos socorros mútuos dos ourives e artes anexas Livros de receitas e despesas 1769/1795, lv. 196, A, cujo conteúdo não coincide com a referência, pois apresenta a correspondência entre os juizes do povo e o ofício de ourives entre cerca de 1775 e 1831.

50 As atribuições do juiz do povo eram múltiplas “cabia-lhe a regulamentação e fiscalização da atividade das lojas, dos ofícios e pessoas nele e determinar quais os dias feriados (...) era parte integrante da administração da cidade, sendo ouvido em assuntos

“No Dia do Corpo de Deus da Cidade é obrigado a ir pela manhã na Patriarcal esperar El Rei para o acompanhar com as cerimônias já referidas. No fim acompanhará a Procissão, e o seu lugar é atrás do Pálio, junto com o Senado, e ao recolher da Procissão, guardará a mesma ordem acompanhando Sua Majestade, outra vez até em acima, e dali até se retirar, cuidando muito em ficar sempre ao pé da estribeira para beijar a mão a Sua Majestade, e o mesmo deve fazer a rainha N. Sra.”⁵¹

Além do dia propriamente dito, no domingo e na quinta-feira seguinte cumpria a função de acompanhar sua majestade nos horários determinados para as procissões estabelecidas. A despeito da diferença entre a norma e a prática, pode-se tomar como referência estas regras de uma festa periódica, que obrigava não só aos juízes do povo, mas também aos procuradores dos mesteres e aos escrivães da Casa dos Vinte e Quatro a participar. Na década de 50 do século XVIII, os quatro procuradores de mesteres recebiam propinas ordinárias do Senado da Câmara de 1000 réis por cada uma das 19 procissões da cidade e, especificamente, de 1000 réis para o ramalhete e luvas no dia da procissão do Corpo de Deus para participar do evento⁵².

Os ourives na sociedade

Em *Privilégios da Nobreza e fidalguia de Portugal*⁵³, um dos mais relevantes tratados de nobreza de fins do antigo regime, Luiz da Silva Pereira de Oliveira distingue uma nobreza natural de outra adquirida, lembrando que os ofícios mecânicos ou manuais são incompatíveis com aquele *status*. Entretanto, considera que esta definição traz prejuízos ao Estado, devendo ser revista em prol da condenação dos ociosos. Segundo Pereira de Oliveira, há duas situações que alteram aquela regra – da associação entre ocupações manuais e a condição plebeia: elas nascem da bondade do Príncipe ou da reputação do Povo. “O Príncipe para fomentar a indústria, e animar os vassalos a útil aplicação de algumas profissões interessantes ao Bem Público muitas vezes altera esta regra dando as mesmas profissões e aos seus secretários uma estimação maior a que lhes compete”⁵⁴. Do primeiro caso, o autor fornece vários exemplos de soberanos que enobreceram ofícios e, ainda acrescenta, entre os mecâ-

tão diversos como a manutenção da ordem pública, compartilhando estas atribuições posteriormente, com a polícia de Pina Manique, na regulamentação dos mercados e seus abastecimentos, na fixação dos preços, funcionando ainda como árbitro em questões relacionadas com a aferição de pesos e medidas. O juiz do povo intervinha em assuntos de saúde pública, para além de poder nomear certos funcionários”. Endereçava os interesses que representava ao Senado e, se necessário, tinha a faculdade de se comunicar diretamente com o rei. Como indica e exemplifica o autor, sua dignidade se expressava na participação em diversas cerimônias da cidade e associadas à família real. Paulo Jorge Fernandes – *As faces de Proteu...*, p. 26.

51 Franz-Paul Langhans – *A Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa...*, p. 16, 48.

52 Eduardo Freire de Oliveira – *Elementos para a História do Município...*, t. XV, p. 293-299: “Aviso do secretário de estado dos negócios do reino, Pedro da Motta e Silva o presidente do Senado da Câmara”, 20/04/1752.

53 Luiz da Silva Pereira de Oliveira – *Privilégios da Nobreza e fidalguia de Portugal*. Lisboa: nova oficina João Rodrigues Neves, 1809.

54 Luiz da Silva Pereira de Oliveira – *Privilégios da Nobreza...*

nicos, há alguns que gozam de maior consideração que outros. Na extensa listagem dos ofícios mecânicos de Portugal inclui os ourives.

Tomando como ponto de partida essa formulação, que aponta para nuances entre a oposição básica nobre/ mecânico, consoante o tempo e os lugares, podemos auscultar as tensões, que revelam aqueles movimentos numa documentação extraída do Arquivo Municipal do Porto sobre uma disputa de precedências na procissão de *Corpus Christi*, entre os ourives da prata e os mestres, os pilotos e os mareantes de Miragaia e Massarelos, agremiados na Confraria de São Pedro⁵⁵. À diferença da documentação analisada para Lisboa, a disputa se dá entre os ourives e os mareantes, ofícios que gozavam de grande prestígio social na cidade do Porto⁵⁶.

Segundo Amândio Barros, que se dedica a analisar a participação da confraria dos mareantes de São Pedro de Miragaia na procissão do Corpo de Deus do Porto entre os séculos XV e XVI, a associação de mestres, pilotos e marinheiros incluía outras profissões de homens do mar, como cordoeiros, calafates e carpinteiros. A partir da análise de documentos cartoriais, registra a presença da associação na festa desde 1447. Antes de tratarmos das contribuições dos mareantes à procissão, vale apontar as razões indicadas pelo autor para a importância destes ofícios ligados ao mar e sua relação com a festividade. Em primeiro lugar, o desenvolvimento do litoral portuense ao longo do século XV, que favorece a sua prosperidade, revelada inclusive no empenho em participar de diversos atos da cidade. No caso da procissão de *Corpus Christi*, sua participação está também relacionada ao local de habitação destes grupos, pois como informa Amândio Barros, ano sim ano não a procissão saía da Sé e se dirigia à Igreja de São Pedro de Miragaia, que albergava até 1499 as relíquias de São Pantaleão, padroeiro da cidade. Em segundo lugar, muitos desses homens do mar estavam ligados aos ricos mercadores, que controlavam a administração municipal e, conseqüentemente, vários aspectos da organização da festividade. Por fim, pelo fato da confraria contribuir financeiramente com a festa, sob a forma de círios, tochas e representações⁵⁷.

Como em Lisboa, a disputa de precedência entre os ourives da prata e os mestres, os pilotos e os mareantes é simultânea à discussão de *status* entre os agentes, que remetem à categoria referente de nobreza.

55 Arquivo Municipal do Porto, Sentença que alcançarão os ourives de prata sobre o lugar que lhes competia na Procissão de *Corpus Christi*. De 19 de Maio de 1629, Livro 4º R. G., fl. 298v.

56 Francisco Ribeiro da Silva – Tempos modernos. In Luís de Oliveira Ramos (org) – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 1994, p. 330.

57 Amândio Jorge Morais Barros – A procissão do Corpo de Deus do Porto nos séculos XV e XVI: a participação de uma confraria. *Separata da Revista da Faculdade de Letras História*, v.10, 2.ª Série, (1993), p. 117-136. As razões do prestígio dos mareantes, revelado na procissão de *Corpus Christi* são indicadas na p. 123. O autor ainda lembra que em 1482, os mareantes adquirem privilégios da edilidade em troca da manutenção da contribuição à confraria e acompanhamento da procissão, que os alocava junto aos mercadores na procissão. Amândio Jorge Morais Barros – A procissão do Corpo de Deus..., p. 125.

Neste momento, vale mencionar as variações que pudemos identificar no termo *officio* entre os séculos XVII e XVIII nos dicionários portugueses e castelhanos. Nas ocorrências, de um termo que tem múltiplos significados, só no início dos setecentos localizamos *officio* como exercício de uma Arte⁵⁸. Consideramos também as alterações de longa duração no sistema das artes. Segundo Kristeller, o conceito de Arte (com “A” maiúsculo) e o sistema das “belas artes” é bem recente, do século XVIII. Antes não há ideias gerais que relacionem as diferentes artes, mas preceitos técnicos. Da mesma forma, não havia emergido uma série de conceitos, que fundamentam a estética moderna como gosto, sentimento, originalidade, imaginação criadora, etc. O moderno sistema de artes abrange, entre as maiores, a pintura, a escultura, a arquitetura, a música e a poesia, podendo, conforme alguns autores, incluir as artes decorativas. Kristeller, à diferença de nós, interessa-se por um histórico das artes maiores. Analisa o tema na antiguidade, na época medieval e no renascimento, caracterizando o sistema das artes como uma construção histórica nada linear, que resultou no agrupamento daquelas cinco atividades humanas. Na idade Média, enquanto a música e a poesia é ensinada em algumas escolas e universidades, as artes visuais permanecem confinadas aos grêmios de artesãos, em que os pintores estão comumente associados com os droguistas que preparam suas tinturas, os escultores com os ourives, os arquitetos com os pedreiros e carpinteiros. O conceito de “arte” mantinha o mesmo significado que na antiguidade e “artista” significava tanto o artesão, como o estudante das artes liberais. O renascimento trouxe uma série de mudanças na posição social e cultural das distintas artes⁵⁹. Sem descuidar das inúmeras continuidades⁶⁰, vale lembrar que na Itália do século XVI, as três artes visuais, ou seja, a pintura, a escultura e a arquitetura se separam de maneira clara dos demais ofícios mecânicos. O termo *arti del disegno* sobre o qual se baseou provavelmente o termo “belas artes”, é criação de Vasari utilizada na sua famosa coleção de biografias. A expressão institucional disto é a criação em Florença, em 1563, sob a influência de Vasari da *Accademia del disegno*, separada dos grêmios de artesãos, para pintores, escultores e arquitetos⁶¹. Para Kristeller, Charles Batteaux em *Les Beaux-Arts réduits à un même principe*, de 1746, é quem

58 Antes, *officio*, entre outros é “dignidade”, “cargos”, “familiar do Santo officio”, “oras canônicas do officio divino”. Os dicionários consultados foram os seguintes: Rafael Bluteau – *Vocabulário Portuguez e Latino*. 1712-28; _____. *Vocabulário de synonymos, e phrases portuguezas*. 1728; Bento Pereira – *Thesouro da lingua portugueza*. 1697; _____. *Florilegio dos modos de fallar, e adagios da lingoa portuguesa: dividido em duas partes, em a primeira das quaes se poem pella ordem do Alphabeto as Frases Portuguesas, a que correspondem as mais puras, & elegantes Latinas: na segunda se poem os principaes adagios Portugueses, com seu Latim proverbial correspondente*; Carlos Folqman – *Diccionario Portuguez, e Latino*. 1755. <http://clp.dlc.ua.pt/inicio.aspx> [Consult. 15 out. 2014].

59 A discussão que recuperamos no corpo do texto encontra-se em: Paul Oscar Kristeller – *El sistema moderno de las artes...*, p. 179-240.

60 Sobre o assunto consultar: Paul Oscar Kristeller – *O movimento humanístico*. In *Tradição Clássica e pensamento do Renascimento*. Lisboa: Edições 70, 1995, p. 11-29.

61 Paul Oscar Kristeller – *El sistema moderno de las artes...*, p. 197.

dá o passo decisivo na criação de um sistema de “belas artes”. Separa as belas artes, das artes mecânicas. As primeiras – que compreenderiam a música, a pintura, a poesia, a escultura e a dança – teriam como fim o prazer, as últimas a utilidade. Haveria ainda um terceiro grupo que combina o prazer com a utilidade – a eloquência e a arquitetura⁶², mas isto é uma história longa que não nos cabe estender.

A disputa de precedências na procissão de *Corpus Christi*, nosso foco, entre os ourives da prata e os mestres, os pilotos e os mareantes de Miragaia e Massarelos, transcorre entre 1622 e 1629, arrastando ações até ano de 1640. Como observei, ela se dá, à diferença do caso lisboeta, entre dois conjuntos de ofícios mecânicos, que gozavam de grande prestígio social. Segundo o historiador Ribeiro da Silva, para quem a procissão de *Corpus Christi*, muitas vezes, serve a exemplificar processos de estratificação social, os ofícios de ourives, os pintores a óleo, os violeiros, os ensambladores, os livreiros, os mestres de embarcações, os pilotos e os mareantes revelavam seu prestígio carregando tochas nas procissões da cidade⁶³. Na análise mais detalhada sobre os mareantes, de Amândio Barros, estes costumavam fornecer círios, tochas, a “nao ou naveta de São Pedro cuidadosamente enfeitada” e a péla composta por raparigas e regateiras⁶⁴. O processo da primeira metade do século XVII é movido pelos ourives da prata e, por intermédio da sentença, narrada pelo escrivão da Câmara Tiago (Gonçalo) de Távora Dantas, sabe-se que os ourives demandam a manutenção da “posse antiga” da posição que os alocava, com suas tochas acesas, junto aos tabeliães e escrivães na procissão. “Eles Embargantes ficavam de uma banda E os tabeliães da outra. E alternadamente pelos anos iam uns a banda esquerda E outros a direita”⁶⁵. De forma geral, os tabeliães não eram cidadãos, mas estavam no topo do terceiro estado na cidade do Porto. A afirmação sobre sua posição seria ratificada por uma benesse atribuída por Felipe IV, em 1624, que os alocaria a seguir dos cidadãos⁶⁶.

A sentença é um documento bastante longo, tendo em vista processos desta natureza, disputas de precedência. O mais interessante é a forma como os ofícios medem forças, ou seja, os argumentos colocados pelas partes para estabelecer uma graduação entre si e em relação à nobreza. Neste ponto, vale lembrar que os critérios de estratificação social do terceiro estado – a categoria mais numerosa, assaz hete-

62 Paul Oscar kristeller – El sistema moderno de las artes..., p. 214.

63 Francisco Ribeiro da Silva – Tempos modernos..., p. 330.

64 Amândio Jorge Morais Barros – A procissão do Corpo de Deus..., p. 126, 130. Por intermédio de uma sentença de D. João III (1549), transcrita e analisada pelo autor, sabe-se que os mareantes contestaram a decisão de terem que passar a sustentar as “Marias e Catarinas” da festa do Corpo de Deus, atribuição que coubera até então aos mercadores, vereadores e boticários. Sua petição não foi atendida, mas no correr do processo vê-se que o discurso da Câmara refere-se aos mareantes como “pessoas ricas e abastadas e honradas da qualidade dos requerentes”. Amândio Jorge Morais Barros – A procissão do Corpo de Deus..., p. 133.

65 Arquivo Municipal do Porto, Sentença que alcançarão os ourives de prata sobre o lugar que lhes competia na Procissão de *Corpus Christi*. De 19 de Maio de 1629, Livro 4º R. G., fl.300.

66 Francisco Ribeiro da Silva – Tempos modernos..., p. 329.

rogênea – entre as três ordens da cidade do Porto: consideração social da profissão exercida, capacidade econômica, honra das funções extra ou paraprofissionais para as quais era chamado, proximidade com o poder e com os homens que tradicionalmente o detinham⁶⁷. Através do escrivão, os ourives argumentam que eles gozam de “reputação nesta cidade por pessoas honradas E nobres servindo em cargos Dados a nobres como é guardar portos De cidades E seu ofício por estimação E reputação geral não era tido porém antigo”⁶⁸. Ou seja, não eram nobres, mas tidos como e exercendo funções de. O ofício de ourives, reconheciam, não era nobre, mas a antiguidade no exercício os elevou ao posto por privilégio adquirido. Enfim, o que valia era a reputação. Além disso, argumentam pautados no Direito, citando um assento dado em Câmara e confirmado pelo escrivão no qual se determinava que iriam “os Picheleiros, latoeiros, caldeireiros, agulheiros, anzoleiros, Ataqueiros com suas tochas todos E irão Os ourives E Pintores com suas tochas (...) irão não de confrade com a bandeira da Confraria que acompanharão os mestres e pilotos E mareantes de Miraguaia com suas tochas”⁶⁹.

Os únicos ourives mencionados nos autos são André Ferreira e Simão do Vale, juízes do ofício dos prateiros no ano de 1628. O primeiro, fora morador na rua da Fonte Dourina e, em 1605, apresentara uma quantia de cem mil em prata para tratar e lavrar, um investimento maior comparado a Domingos Ribeiro, seu cunhado, também ourives da prata. Simão do Vale era morador na rua de São Nicolau. Tornou-se “aferidor de medidas de azeite de canada para baixo, e de pesos de oito arráteis para baixo, e varas e canadas...”, uma função algo prestigiosa e onerosa. No primeiro compromisso dos ourives da prata do porto, separado dos do ouro, o aferidor tem diversas obrigações rituais. No caso da procissão de *Corpus Christi* é obrigado a fornecer seis tochas de cera branca, pagando multa caso deixasse de fazê-lo ou não obedecendo uma determinada forma ritual. Em 9 de agosto de 1643, há registros de que Simão do Vale foi contratado para fazer uma lâmpada de prata para a Misericórdia e Confraria do Santíssimo da Igreja de Santa Marinha (Gaia)⁷⁰.

67 Francisco Ribeiro da Silva – Tempos modernos..., p. 329.

68 Arquivo Municipal do Porto, Sentença que alcançarão os ourives de prata sobre o lugar que lhes competia na Procissão de *Corpus Christi*. De 19 de Maio de 1629, Livro 4º R. G., fl. 299.

69 Arquivo Municipal do Porto, Sentença que alcançarão os ourives de prata sobre o lugar que lhes competia na Procissão de *Corpus Christi*. De 19 de Maio de 1629, Livro 4º R. G., fl. 298-299.

70 As informações sobre os ourives foram extraídas de: Marília João de Castro – Ourives portuenses dos séculos XVI e XVII: contributos para um dicionário. *Museu: revista de arte, arqueologia e tradições*. Porto: Círculo Dr. José de Figueiredo. 4.ª separata, 8, 1999, p. 77-78; 113. O “Compromisso e estatuto dos Ourives da Prata da Cidade do Porto mandado fazer no anno de 1746” e o que lhe antecede é o “Regimento para os ensayadores dos Officiaes dos Ourives do Ouro e da Prata dos Ourives dos ditos officios, e a cada um na parte que lhe tocar na forma que no exordio deste regimento vai declarado” datado de 13 de junho de 1689 estão transcritos no trabalho que se segue, não havendo anteriores: Maria da Glória Magalhães de Sousa Ramos – *A Arte da prata no século XVIII: os Coelho Sampaio*. Porto: s.n., 1968, p. 33-98. Tese de Licenciatura em Ciências históricas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. O cap. 29 regulamenta a participação dos ourives em *Corpus*

Os mareantes, por sua vez, dizem que antes do assento “Eles Embargados iam atrás dos Embargantes E que são tidos por nobres”⁷¹. Argumentam ainda que a Confraria é tão antiga quanto à cidade, quando ocorria a procissão do Corpo de Deus⁷². E, mais importante, comparam-se a seus contendores, apresentando seus predicados nobres:

“provariam que a arte do mar Não era (...) antiga antes se tem Por Nobre E é mais em *nobrecidade* do que o Ofício de ourives que é mecânico Por quanto não é arte obra com martelo E carvão de fogo E outros misteres E os pilotos são pessoas que estão Em predicamento De nobres E Como tais andam Em o cargos Públicos da governança E servem De almotaceis nesta Cidade que neste Reino lhes tinham feitos muitas mercês Dando-lhes os hábitos de Cristo E Santiago E outros dos que se não faria aos ourives Pelo que com razão deviam sempre preferidos na dita Procissão aos ourives, E que Provariam que o ofício de ourives Nunca guardaram as portas desta Cidade no tempo da peste Como pessoas Nobres E cidadãos dela por quanto Aguardada dita Cidade o compete aos Que atualmente servirão nela de Almotaceis E vereadores antes Eles Ourives ai guardaram como mecânicos.”⁷³

Resumidamente, os mareantes reconhecem a distinção dos ourives em relação a outros ofícios mais vis, todavia pertencem ao seu grupo os cargos, os títulos e as funções de defesa, à maneira da nobreza. A veracidade das informações dependeria de uma pesquisa mais acurada, que identificasse os indivíduos nas diversas instituições. Mas há indicações da proximidade dos mareantes aos mercadores ricos e administradores do município⁷⁴.

Por intermédio da sentença, sabe-se que, em primeira instância, os ourives da prata perderam o processo para os mareantes, no entanto, pediram revisão dos autos e, em 1629, os venceram no pleito. Os mareantes ainda tiveram que pagar 4600 de custos aos vitoriosos.

No compromisso dos ourives da prata de 1746, aprovado um ano depois, há um capítulo específico que obriga seis ourives a acompanhar a procissão de *Corpus Christi*: dois juízes, o escrivão, o tesoureiro e dois substitutos em caso de

Christi e nos cap. 30 e 31, as obrigações do aferidor: Maria da Glória Magalhaes de Sousa Ramos – *A Arte da prata no século XVIII...*, p. 62-65.

71 Arquivo Municipal do Porto, Sentença que alcançarão os ourives de prata sobre o lugar que lhes competia na Procissão de *Corpus Christi*. De 19 de Maio de 1629, Livro 4º R. G., fl. 298-299, 302v. O trabalho já referido aponta para o crescente prestígio dos mareantes nos séculos XV e XVI: Amândio Jorge Morais Barros – *A procissão do Corpo de Deus...* Ver especialmente nota 65 neste artigo.

72 Segundo Amândio Barros, esta confraria seria provavelmente a primeira a tomar parte de uma manifestação em honra ao Santíssimo Sacramento em Portugal. O registro indicado para a festa do Corpo de Deus do Porto, como já citado, é de 1447. Amândio Jorge Morais Barros – *A procissão do Corpo de Deus...*, p. 123.

73 Arquivo Municipal do Porto, Sentença que alcançarão os ourives de prata sobre o lugar que lhes competia na Procissão de *Corpus Christi*. De 19 de Maio de 1629, Livro 4º R. G., fl 302v-303.

74 Amândio Jorge Morais Barros – *A procissão do Corpo de Deus...*, p. 124-125.

impedimento dos primeiros. O compromisso se apoia numa suposta “tradição” localizada no passado, encontra-se registrado no regimento da procissão e cita duas sentenças alcançadas pelos ourives: uma contra os Guarda Mores da Saúde, que “não podiam obrigar os ourives a servir cargos como Plebeus, mas sim como Nobres e outra sentença contra os Pilotos em que lhes manda dar lugar superior com precedência a eles”⁷⁵.

Selecionamos passagens, no século XVII, em que os ourives lutavam pela manutenção de seus privilégios. No século XVIII, qual o nível de representatividade dos ourives na sociedade portuguesa?

Lisboa era um centro de produção industrial (artesanal), além de principal na área de ourivesaria⁷⁶. A variedade dos ofícios encontrada na cidade ainda escapa das mãos do pesquisador contemporâneo e foi observada na paisagem traçada pelo historiador Borges de Macedo, que aponta para a dispersão profissional associada à riqueza tecnológica. Baseando-se nas décimas de maneio pombalinas, indica que dentre os 29 grupos de industriais agrupados conforme os materiais utilizados sobrepõem os trabalhadores de couro e madeira sobre os demais, num total de 9951 artífices na cidade na década de 60 do século XVIII⁷⁷. Os trabalhadores de metais e pedras preciosas seriam o 9º grupo, em termos quantitativos. Perfaziam um total de 389 artífices, sendo 111 ourives não discriminados, 116 ourives do ouro, 86 ourives da prata e os demais ofícios, como lapidários, lavrantes entre outros, que por tradição pertenciam as mesmas irmandades.

Na cidade do Porto, que era o segundo centro de ourivesaria, conforme o historiador Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, há 23 mestres ourives de prata em 1703 e 65 em 1799⁷⁸, apontando para um crescente número de artífices numa cidade, que tenderia a concentrar a produção de ourivesaria com Lisboa, em lugar das demais áreas que se espalhavam no reino e nos domínios portugueses. Neste ponto, vale destacar a importância social da prata na cidade e no reino, comparada ao ouro. Se o ouro destinava-se a pequenos objetos, acessíveis à diversos grupos sociais, como demonstrou o mesmo autor, a prata dirigia-se ao consumo das elites – leigas e eclesiásticas – de objetos de caráter civil e religioso. No caso da Procissão de *Corpus Christi*, a prata se fazia presente na charola que carregava o Santíssimo Sacramento,

75 Maria da Glória Magalhães de Sousa Ramos – *A Arte da prata no século XVIII...*, p. 63-64.

76 Numa população de cerca de 33.390 fogos, 35% dedicavam-se às ocupações industriais. Jorge Borges de Macedo – *Problemas de História da Indústria Portuguesa no século XVIII*. Lisboa: Associação Indústria Portuguesa, 1963. O autor, principal fonte dos nossos dados, aponta alguma margem de erro que poderia estar presente, a exemplo da presença provável de ofícios entre os “criados”. Sublinha também que o cálculo leva em consideração o “contribuinte”. A informação sobre a ourivesaria é extraída de: Gonçalo Mesquita da Silveira de Vasconcelos e Sousa – *A ourivesaria da prata em Portugal e os mestres portugueses: História e sociabilidade (1750-1810)*. Porto: Ed. do Autor, 2004.

77 Os anos indicados são 1763, 1764, 1768 e 1769. Jorge Borges de Macedo – *Problemas de História...*, p. 90-92.

78 Gonçalo Mesquita da Silveira de Vasconcelos e Sousa – *ourivesaria da prata em Portugal...*, p. 222-223.

nas hastes do pátio, em crucifixos e nos ostensórios⁷⁹. A crescente importância social da prata, identificada entre as elites nos séculos XVII e XVIII, estaria relacionada inclusive à política do Prata e da “Colônia do Sacramento”, pois como demonstraram Nuno Gonçalo Monteiro e Pedro Cardim, diziam respeito à necessidade de fornecimento do metal argênteo para a monarquia e a sociedade portuguesa. Discutindo três níveis, a saber, a prata como mercadoria de troca no comércio asiático; como meio de pagamento sob a forma de moeda nas transações no interior do reino e, por fim, como matéria-prima de uma indústria, que se destinava às alfaías dos atos litúrgicos e ao consumo ostentatório das elites portuguesas, afirmaram à tendência ao entesouramento da prata no reino, o vínculo com a região do Prata e a sua centralidade na política do império⁸⁰.

A importância dos ofícios em geral pode ser avaliada pela sua relativa vitalidade econômica em fins do antigo regime, assim como pela estrutura corporativa e peso político consideráveis, que se expressava, por exemplo, nos cargos representativos na Câmara. Como demonstrou Halpern Pereira, em fins do antigo regime e no primeiro triênio liberal, as demandas dos ofícios não eram apenas defensivas em relação ao crescimento industrial, era uma luta pelo controle sobre a produção e a comercialização, pela extensão dos privilégios da indústria para eles. A luta traduzia os interesses dos artesãos proprietários de lojas-oficinas⁸¹. No caso específico dos ourives, entre os anos de 1719 e 1800, pudemos identificar 38 membros da Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa, uma instituição representativa numa Câmara, cujos membros eram de nomeação régia. Apresentam também certa regularidade ao longo destes anos, exceto entre 1738 e 1748, por razão que desconhecemos⁸². Na contagem, desconsideramos os ofícios que pertenceram a mesma irmandade, como os alfaíates, até 1750, ou os que trabalhavam com materiais similares (metais e pedras preciosas), como os lapidários. Foi possível observar também que eram, em sua maioria, ourives da prata. Nos cálculos de Raul Lopes, entre 1774 e 1834,

79 O documento que descreve a charola de prata é o seguinte: Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria Régia, Livro do Regimento dos Vereadores (Livro Carmesim), fl. 101, Traslado de capítulo de carta régia sobre as características da charola que transporta o Santíssimo Sacramento na procissão do Corpo de Deus, 4/6/1594. O uso do ouro em pequenos objetos não eliminou sua presença em grandes peças, como os coches cerimoniais expostos no Museu Nacional dos Coches (<http://www.museudoscoches.pt/>), pois os ourives do ouro “podiam dourar peças que os ourives da prata lhes davam ou esmaltar a cores”. apud. João Couto e Antonio M. Gonçalves – *A Ourivesaria em Portugal*. Lisboa, 1960. Raul Pereira Lopes – *Os ourives da prata de Lisboa...*, vol. 1, p. 37.

80 Nuno Gonçalo Monteiro; Pedro Cardim – A centralidade da periferia. Prata, contrabando, diplomacia e guerra na região platina (1689-1806). *História, histórias*. Brasília. 1:1 (2013), p. 15-18.

81 Miriam Halpern Pereira – *Negociantes, Fabricantes e artesãos, entre velhas e novas instituições*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1992, p. 365-368.

82 Tomei o período 1719 a 1800, como uma amostra do século XVIII, selecionando o ano de 1719 em função da procissão de *Corpus Christi* memorável, que ficou como modelo para as vindouras. E, sabendo, que os custos e pagamento dos artífices deste ano foi alvo de polêmica, que se arrastou para tempos posteriores. Os dados foram extraídos de Franz-Paul Langhans – *A Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa...*, p. 278-352.

há 15 ourives da prata na Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa, o que caracteriza, segundo o mesmo, uma situação de assiduidade. No ano de 1795 os Vinte e Quatro escolheram dois ourives da prata como seus procuradores, além de um escrivão e dois juizes do povo⁸³. Raul Lopes acrescenta algumas informações interessantes sobre a representação política dos ourives: em princípio, só podiam fazer-se representar ano sim, ano não, pois tinham que alternar este lugar com os lavrantes. No entanto, como os ourives da prata tinham um peso numérico e sócio econômico maior em relação aos últimos, havia um “ajustamento”, que dava maior frequência ao ofício “cabeça”. Além disso, à partida, os ofícios não embandeirados, o que era o caso dos ourives, tendiam a ocupar com mais frequência a Casa dos Vinte e Quatro, do que os ofícios embandeirados, com menor grau de compatibilização, como eram ofícios e lavrantes⁸⁴. Apesar do custo financeiro de ocupar cargos na Casa dos Vinte e Quatro, desde 1620 havia remuneração e a passagem por estes lugares de poder, lhes garantia o seu exercício e acesso, ao término, a outras funções no município.

Um indício da importância dos ourives ou da sua capacidade de deixar registros escritos é a existência de documentação sobre eles nas Câmaras do reino. A este respeito, pode-se citar a vereação do Porto de 1774, em que se propõe a retirada da procissão do Corpo de Deus de,

“Todas as danças, figuras fabulosas, e invenções, Bailes profanos, ou outras semelhantes Representações Comutando-se a despesa que costumavam fazer os ofícios mecânicos, artífices, Corporações, lojas, tendas de mercadores, e outros quaisquer, em se toldarem as Ruas por onde faz giro a mesma Procissão, podendo a Câmara arbitrar a despesa, a proporção do estado em que se achavam os ofícios, e conforme a opulência dos mesmos.”⁸⁵

A retirada destes elementos populares da procissão e a sua substituição pelos toldos merecem uma discussão mais alongada, comparando-se às alterações ocorridas na cidade de Lisboa, particularmente, durante o reinado de D. João V⁸⁶. No período, os padrões que organizavam a procissão passaram a ser guiados por mode-

83 Raul Pereira Lopes – *Os ourives da prata de Lisboa...*, vol. 1, p. 151.

84 Os ourives da prata eram um ofício não embandeirado. Pela regulação de 1539, tinha como anexos os picheleiros. Transferidos os picheleiros para a Bandeira de São Gonçalo entraram para a vaga os lavrantes, que a regulação de 1771 conservou como anexos dos ourives de prata. Os ourives do ouro eram também ofício não embandeirado. Pela regulação de 1539 tinham como anexos os lapidários, os apartadores, os afinadores e os que tratam da pedraria. Quando da regulação de 1771 encontravam-se extintos os três últimos anexos e os lapidários passaram a designar por lapidadores. Franz-Paul Langhans – *As corporações de ofícios mecânicos...*, p. 360, 385; Raul Pereira Lopes – *Os ourives da prata de Lisboa...*, vol. 1, p. 143-162.

85 Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), Vereação de 26 de Março de 1774, fl. 287v-288v.

86 Para uma discussão sobre a exclusão dos elementos populares fornecidos pelos oficiais mecânicos da procissão de *Corpus Christi*: Beatriz Catão Cruz Santos – *O Corpo de Deus na América: a festa de Corpus Christi nas cidades da América portuguesa*, p. 110-154.

los romanos⁸⁷. A recorrência do argumento da solenidade e da decência também aludem à critérios de ostentação, associados aos modelos contra reformistas.

Todavia, quero sublinhar que a proposta de 1774 assistida pelos vereadores e pelo procurador da cidade do Porto é aprovada. Nela, os únicos ofícios mencionados são os ourives, para além do procurador dos mesteres, presente à vereação. Com se pode observar no documento citado, o rateio das despesas do toldamento das ruas caberia aos ofícios, tradicionalmente os responsáveis pelo fornecimento daqueles elementos populares. Na vereação, vê-se o argumento da justiça distributiva, “ratear a Câmara a despesa aos ditos ofícios, a proporção da opulência”⁸⁸. Qual a razão de serem os únicos mencionados? Estavam mais próximos dos vereadores em exercício? Certamente, entre eles há homens de grande cabedal, cuja trajetória foi traçada pelo historiador Gonçalo de Vasconcelos e Sousa⁸⁹.

Na documentação camarária do Reino há uma presença maciça do ofício de ourives no século XVIII. A petição encaminhada pelos ourives da prata à Câmara de Viana do Castelo é apenas um exemplo desses registros⁹⁰. Nela, os ourives da prata solicitam que os do ouro acompanhem a procissão de *Corpus Christi* da mesma forma que eles o fazem. Os ourives do ouro são cobrados de participarem do cortejo com suas tochas e sujeitos à multa pecuniária em caso de falta. Não é possível assegurar a razão para a petição, mas parece indicar uma certa rivalidade entre os ofícios, assim como um privilégio exercido pelos ourives do ouro. No argumento, faz-se também referência ao modelo da corte, sua reprodução em Coimbra e nas demais partes do Reino.

Talvez seja precipitado estabelecer conclusões definitivas sobre a relação entre os ourives e a procissão de *Corpus Christi*. A pesquisa recente demonstrou que apesar de serem considerados ofícios mecânicos, alcançaram determinados privilégios e viam-se entre os mais graduados ofícios⁹¹. No compromisso dos ourives da prata do Porto de 1747 fica evidenciada esta percepção por parte do grupo:

87 Giuseppina Raggi. “A formosa maquina do Ceo e da terra”: a procissão do *Corpus Domini* de 1719 e o papel dos arquitetos Filippo Juvarra e João Frederico Ludovice in: *Cadernos do arquivo municipal*, 2.ª série, 1(2014) p. 87-109. Neste artigo, a autora insere a procissão de *Corpus Christi* num quadro mais amplo – político, social e cultural – que caracteriza a corte joanina no segundo e terceiro decênio do século XVIII, visando a afirmação da monarquia e do império português face às outras coroas europeias. A autora desloca o protagonismo do ourives e arquiteto João Frederico Ludovice para o arquiteto Filippo Juvarra, considerado o grande idealizador da festividade e centra-se em questões de poder, ao invés de considerar as ações de D. João V, inscritas no plano devocional, como uma certa historiografia apontava.

88 Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), Vereação de 26 de Março de 1774, fls. 287v- 288v.

89 Gonçalo Mesquita da Silveira de Vasconcelos e Sousa – *A ourivesaria da prata em Portugal e os mestres portugueses: História e sociabilidade (1750-1810)*. Porto: Ed. do Autor, 2004, p. 289-331; IDEM – *Dicionário de ourives e lavrantes de prata do Porto: 1750-1825*. Porto: Livraria Civilização Editora, 2005.

90 Câmara Municipal de Viana do Castelo, lv. 07, fl. 098v. Sou grata a Nuno Gonçalo Monteiro pela indicação deste documento, entre outros não analisados, que apontam para a recorrência dos ourives na documentação camarária de Portugal.

91 A ideia de “uma maior ou menor estima” entre os ofícios mecânicos e de uma variada “graduação” utilizada no corpo do texto pode ser localizada em: Luiz da Silva Pereira de Oliveira – *Privilégios da Nobreza...*, p. 186-187. Sobre a categoria de nobreza e

“Lembrando nos das peças sagradas que consertamos para as igrejas, como são Custódias, Cálices, Vasos, e Cruzes aqui devemos ter todas a Veneração, e reverência; e pelo tratamento destas cousas dedicadas ao Culto divino **adquirimos alguma Nobreza**, porque esta se adquire, ou pela razão da pessoa ou cousa. Determinamos uniformemente que daqui em diante nenhum Ourives da Prata tome moço para ensinar a Arte, ou por obreiro que for de infecta Nação assim como Judeu, Mouro, Mulato Apóstata de nossa Fé, ou penitenciado pelo Santo Ofício ou filho de homem vil ou de qualquer qualidade destas; nem também ensinará a Arte de Ourives da Prata a estrangeiro, salvo sendo Católico Romano, para o que antes de tomar para a sua casa o Moço ou obreiro, se informe com toda eficácia se tem algum dos ditos defeitos (...)”⁹²

Como é possível observar no compromisso, os ourives da prata argumentam que o trato das coisas dedicadas ao culto divino os diferencia, ou seja, a produção e manutenção das alfaías litúrgicas é o meio pelo qual adquirem alguma nobreza. Além disso, no mesmo capítulo, como por decorrência do enobrecimento, determinam-se os critérios de ingresso na agremiação, donde são excluídos os de “infecta Nação” “ou penitenciado pelo Santo Ofício ou filho de homem vil”⁹³ da aprendizagem da arte de ourives da prata. Resumidamente, a julgar pelo compromisso que os ourives da prata estabeleceram e que foram aprovados pela cidade em 1754, os critérios de pureza de sangue ou proto raciais vigoravam, vedando o acesso ou expulsando os tidos por infectos, apóstatas e vis⁹⁴.

A palavra “filigrana”, nos significados atuais, pode dizer algo da relação entre os ourives e a procissão de *Corpus Christi*, pois o acompanhamento na procissão estava assentado em costumes e diversas regras, mas era tecido ano a ano de muitos fios, algumas variações locais, que hoje nos parecem coisas vãs, mas que diziam do simbólico dos ourives na sociedade portuguesa do século XVII e XVIII.

alguns aspectos do “ethos” nobiliárquico português em fins do antigo regime: Nuno Gonçalo Monteiro – O ‘Ethos’ nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. *Almanack Braziliense* 2 (2005), p. 4-20.

92 “Cap. IX “Que não se ensine a arte dos ourives da prata a Moço que for de infecta Nação ou filho de home vil, e que tempo davam ao ofício e quando poderão abrir loja” In *Compromisso dos ourives da Prata do Porto de 1747*, fl. 35-37 Apud. Maria da Glória Magalhaes de Sousa Ramos – *A Arte da prata no século XVIII...*, p. 43-98. Segundo a mesma autora, há um regimento anterior, que reunia ourives do ouro e ourives da prata: *Regimento para os ensayadores dos Ourives do Ouro e da Prata dos ditos Officios, e a cada hum na parte que lhe tocar na forma que no exórdio deste regimento vai declarado*, de 1669. Biblioteca Municipal do Porto, Manuscrito 1543. apud Maria da Glória Magalhaes de Sousa Ramos – *A Arte da prata no século XVIII...*, p. 32 (grifo meu).

93 Remeto ao significado vário do termo “vil” na época: “vil. Baixo. Desprezível. Vilis. le. Cic. Vilior, & villissomus são usados. Homem de nascimento vil. *Hom ignobili loco natus*. Cic. a gente vil do vulgo. *Ignobile vulgus*. virgil Homem vil. *homo humilis*. Cic. / Homem vil, o que faz ações indignas de homem honrado (...) Raphael Bluteau – *Vocabulario portuguez & latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1728, v-8.

94 O estatuto de sangue presente nas sociedades do Antigo Regime e, em particular, no Império português produzia um estigma baseado na ascendência, de caráter “proto-racial”, que garantia os privilégios da nobreza formada por cristãos velhos. O estatuto limitava o acesso à cargos públicos, eclesiásticos e a títulos honoríficos excluindo mouros, judeus, ciganos, indígenas e descendentes de africanos. Para uma perspectiva sintética sobre o assunto: Hebe de Castro Mattos – *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 14-15.